

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL A PARTIR DAS AÇÕES MULTIESCALARES DE UM MOVIMENTO SOCIAL SEM-TETO

CONSIDERATIONS FOR NON-FORMAL EDUCATION FROM THE ACTIONS OF A SOCIAL
MULTISCALAR HOMELESS MOVEMENT.

CONSIDERACIONES PARA LA EDUCACIÓN NO FORMAL DE LAS ACCIONES DE UN HOGAR
MULTIESCALAR MOVIMIENTO SOCIAL.

Cleiton Ferreira da Silva¹
cleitonf4@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar os elementos que constituem a educação não-formal, destacando a atuação de um movimento social sem-teto, denominado Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), na cidade de Recife. A estratégia organizativa do movimento, a permanência e a organização interna da ocupação e o diálogo Movimento/Estado, são temas que refletem a relação dialética entre educação e movimentos sociais, materializada nas conquistas sociais pelas famílias e na politização da questão urbana no Brasil. A construção metodológica se caracterizou na avaliação do conceito de movimentos sociais na Geografia e em outras ciências, na análise de literatura pertinente ao tema movimentos sem-teto e, por fim, no acompanhamento gradual em campo das ações do MLB e seu caráter pedagógico.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais; Educação não-formal; Cidadania.

ABSTRACT

This paper aims to highlight the elements that constitute the non-formal education, highlighting the role of a homeless social movement called the Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) in the city of Recife. The organizational strategy of the movement, permanence and internal organization of the occupation and dialogue Movement/State, are themes that reflect the dialectical relationship between education and social movements, embodied in social achievements by families and politicization of urban problems in Brazil. The methodological construction was characterized in the evaluation of the concept of social movements in geography and other sciences, in the analysis of literature concerning the matter moves homeless and, finally, the gradual field monitoring of the actions of MLB and its pedagogical character.

Key-words: Social Movements, Non-formal education; Citizenship.

RESUMEN

Este documento tiene por objeto poner de relieve los elementos que constituyen la educación no formal, destacando el papel de un movimiento social sin hogar llamado el Movimento de Luta nos

¹ Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UFPE) e Professor da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco.

Bairros, Vilas e Favelas (MLB) en la ciudad de Recife. La estrategia de la organización del movimiento, la permanencia y la organización interna de la ocupación y el diálogo Movimiento/Estado, son temas que reflejan la relación dialéctica entre la educación y los movimientos sociales, consagrados en los logros sociales de las familias y la politización de los problemas urbanos de Brasil. La construcción metodológica se caracteriza en la evaluación del concepto de los movimientos sociales en geografía y otras ciencias, en el análisis de la literatura sobre el tema se mueve sin techo y, por último, la vigilancia sobre el terreno gradual de las acciones de MLB y su carácter pedagógico.

Palabras-clave: Movimientos sociales, La educación no formal; Ciudadanía.

INTRODUÇÃO

Muito mais do que a conquista da moradia, os Movimentos sociais sem-teto contribuem para colocar em evidência as contradições sociais no espaço urbano, seja na luta pela Reforma Urbana no país, na busca por políticas mais democráticas e, fundamentalmente, na mobilização de diversas famílias em direção às garantias fundamentais da cidadania.

Por isso, este artigo problematiza as ações do MLB em Recife: suas ações, suas estratégias e seus mecanismos que condicionam o processo pedagógico que foge dos padrões que associam a uma educação formal, àquela verificada nas escolas e universidades, onde as diretrizes educacionais e o currículo são hierarquicamente definidos e, ao mesmo tempo, condicionados ao papel de órgãos fiscalizadores, como o Ministério da Educação, por exemplo.

Para isso, deu-se atenção às ações deste Movimento como participe do protagonismo educativo muito mais difuso, mas não menos importante, onde as ocupações servem tanto para a conquista da moradia e da infra-estrutura necessária, como para a difusão do espírito coletivo, de solidariedade e de transformação socioespacial.

O método de análise deste trabalho se baseou no levantamento bibliográfico do termo: movimentos sociais. Desde a concepção ligada essencialmente à condição classista, como atestam Scherer-Warren (1987) e Villaça (1993), que incluíam principalmente as mobilizações sindicais, chegando notadamente às concepções mais recentes que enxergam os movimentos muito mais diversos e heterogêneos, como os trabalhos de Touraine (1995; 2003). Ao mesmo tempo, analisamos a ação dos movimentos sob a perspectiva da Geografia brasileira, resultante da ascensão das mobilizações camponesas e mais recentemente com as de caráter urbano, entre eles, destacam-se os trabalhos de Rodrigues (1988) e Souza (1988; 2001; 2006).

Paralelamente, o trabalho empírico desenvolveu-se no acompanhamento sistemático das ações do MLB nas ocupações no Recife, entre elas: Mulheres de Tejucupapo e D. Hélder Câmara, entre os anos de 2007 e 2009, na participação de assembleias e reuniões, no registro de depoimentos, imagens e dados acerca do processo de organização das famílias, nas oficinas promovidas pelo MLB e na luta por outra realidade para os sem-teto, integrando assim, ao debate

teórico que associa as ações do movimento à construção de uma educação difusa e heterogênea no quesito espaço e tempo.

ALGUNS ANTECEDENTES TEÓRICOS PARA O CONCEITO DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Historicamente, de acordo com Scherer-Warren (1987), o termo foi introduzido na Sociologia Acadêmica, por volta de 1840, com Lorenz Von Stein, defendendo a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais, tais como os do movimento proletário francês, baseados no comunismo e socialismo emergentes.

O ápice das discussões fundamentou-se em contribuições da Escola de Chicago, sob a perspectiva da teoria da mudança social, pela qual a interação entre indivíduo e sociedade era o enfoque essencial. Os movimentos sociais seriam o resultado de conflitos gerados entre a multidão, consequência do choque entre diferentes culturas e realidades, sendo as mudanças sociais o clímax deste processo (GOHN, 2008).

Durante muito tempo, a conceituação sempre esteve eminentemente ligada à questão classista, ou seja, inicialmente utilizada para se referir aos operários e/ou à classe trabalhadora, designação que durou até a segunda década do século XX (VILLAÇA, 1993). Até este período, os objetivos principais dos movimentos sociais eram a garantia dos direitos dos trabalhadores e, conseqüentemente, a conquista de melhores condições de trabalho e vida. Não obstante, estes movimentos reivindicavam ainda a supressão do Estado, a transformação política ou a dissolução do poder estabelecido, para o quê era fundamental o papel do sindicato.

Já em meados do século XX e ainda sob a corrente do Marxismo, alguns autores destacam-se, são os chamados Neomarxistas. Entre eles estão: Jean Lojkini (1981), que reconhece os movimentos sociais como uma maneira de desestruturar a classe dominante e seu sistema, onde o espaço político seria também o espaço de luta de classes.

Segundo o autor, quase sempre a análise do político se limita a seu objeto de “gestão” das relações sociais, se desta forma for pensada, sob a forma institucional, na manutenção da ordem estabelecida, o político seria a antítese do movimento social, porém, o âmbito político também pode ser lugar de luta de classes, onde pode se efetuar a transição de um modo de produção para outro, o lugar onde a luta de classes é levada até o fim, através de uma ação “contra-hegemônica”, expressão que ele extrai de Gramsci.

Entretanto, especialmente nas três décadas precedentes à atual, os movimentos sociais foram compreendidos através de um novo paradigma, em que havia uma grande heterogeneidade em termos de participação e inserção, frente às mudanças verificadas nos aspectos socioeconômicos do mundo atual. Para o italiano Alberto Melucci, os movimentos sociais podem ser analisados a partir da teoria da ação coletiva, elemento importante, que se configura como:

Um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contiguidade de tempo e espaço, implicando um campo de relacionamentos sociais e a capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo (MELUCCI apud GOHN, 2008, p.154).

Para Melucci, o que move a ação coletiva é fundamentalmente a ligação que existe entre os indivíduos, ou seja, o fato de apresentar características semelhantes no espaço e no tempo, tendo estes fatores como sendo essenciais para definir o sentido das ações e a busca do que se almeja.

O autor é responsável também pela criação do conceito de Novos Movimentos Sociais (NMS), logo seguido por outros autores. A concepção metodológica dos NMS pressupõe um arcabouço maior (e novos) de mecanismos de atuação e busca dos objetivos, através de novos objetos de reivindicações, bem como de outras modalidades de participação popular, desassociando essencialmente à condição classista, como era verificado anteriormente. Esses atores se diferenciavam exatamente por expandirem seu âmbito de atuação para os campos da cultura, economia, política e sociedade, na tentativa de garantir elementos fundamentais, como a cidadania e a participação política:

(...) Deve-se reconhecer que as novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, menos ainda libertar as forças de progresso e de futuro, mas “mudar a vida”, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida para os que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vidas pessoais (TOURAINÉ, 1995, p. 262).

Os novos movimentos sociais apontam para uma possibilidade alternativa das que propõem os sindicatos e partidos políticos, por exemplo. Com suas especificidades, terminam por produzirem uma rede de relações pessoais, de caráter local, a partir de atuações mais “particularizadas”, como nos movimentos de bairro, na busca de infra-estrutura e espaços verdes ou de lazer, por exemplo; ou mesmo de caráter nacional, como na criação de uma rede de combate à corrupção ou na defesa de terras e culturas indígenas ou quilombolas. Esta escala pode ainda se tornar internacional, através da luta contra o imperialismo (invasões militares e/ou culturais), reuniões de organizações econômicas (FMI, Banco Mundial, OMC), combate ao desmatamento, à matança de animais em extinção, entre outros.

A construção de encontros internacionais em busca de um “mundo melhor” convergem com os movimentos da atualidade. O Fórum Social Mundial é um exemplo concreto, na qual congregam os mais diversos segmentos da sociedade, desde cidadãos comuns, integrantes de ONG’s e associações, passando por estudantes até intelectuais.

É neste contexto que os movimentos sociais, entre eles os sem-teto, redefiniram seus mecanismos de atuação, travando lutas que sobressaem unicamente ao método de ocupação. Atualmente ampliaram-se os canais de interlocução com o Estado, seja através dos conselhos ou

mesmo na intermediação direta com os governos. Desta forma, há mais possibilidades conjunturais de conquista de objetivos propostos pelos movimentos que em épocas anteriores, porém, o caráter desigual permanece em várias cidades brasileiras, trazendo novos desafios e esperança no que concerne a estratégia dos movimentos sociais.

CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA BRASILEIRA PARA O CONCEITO DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais foram ganhando visibilidade e passando de uma discussão eminentemente sociológica, para ser objeto de estudo e debate teórico de diversas outras disciplinas, como História, Geografia, Filosofia e Antropologia.

No caso da Geografia brasileira, Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro iniciaram os primeiros trabalhos que versavam sobre os movimentos sociais, ainda na década de 1960, em meio à ascensão das Ligas Camponesas (PEDON, 2009). Este tema sofreu um longo período de silêncio, em função do golpe militar em 1964. Mais tarde, já sob a influência teórica da Geografia crítica, com as concepções marxistas direcionando decisivamente os trabalhos brasileiros, o tema ganhou novamente visibilidade, fundamentalmente, em meados da década de 1980, em meio a protestos e mobilizações pela redemocratização do país.

Vários trabalhos foram desenvolvidos no âmbito da Geografia urbana e agrária, contextualizando o papel dos movimentos sociais na apropriação e organização espacial. Segundo Pedon (2009) no âmbito da Geografia urbana destacam-se os trabalhos de Bernardes (1983), Mizubuti (1986), Silva (1987), Rodrigues (1988) e Souza (1988). Estes autores destacam a natureza do Estado, na fase monopolista do capitalismo, promovendo o surgimento de diversas manifestações coletivas, com o objetivo de afetar as relações de classe e o Estado.

No âmbito da Geografia agrária, destacam-se além dos trabalhos de Manuel C. de Andrade e Josué de Castro, na qual descrevemos anteriormente; Os escritos de Kahil (1985), Oliveira (1984) e Moreira (1984) são também referências importantes. Assuntos como proletarização do trabalhador rural, contradições e conflitos no campo e reprodução do capitalismo, são alguns dos temas abordados (PEDON, 2009)².

Na atualidade, alguns trabalhos tentam dar um caráter teórico-metodológico ao tema, agora sob um ponto de vista “geográfico”, em razão da própria dinâmica dos movimentos e das limitações teóricas que outras ciências dão à Geografia. Os trabalhos de Marcelo Lopes de Souza (2001; 2006) destacam as contradições no espaço urbano brasileiro e a necessidade de democratização do planejamento e gestão das cidades, construindo assim, um planejamento alternativo, através da participação popular, já Fernandes (2005), critica o posicionamento e a limitação dos estudos sociológicos, por levar em conta apenas as relações sociais, como base conceitual, minimizando o

² Para aprofundamento de tema, consultar a Tese defendida pelo autor em 2009, intitulada: MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: Uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. Ver referências.

papel do espaço geográfico. O autor propõe, então, uma definição que possa ser utilizada pela Geografia, uma vez que:

[...] uma análise geográfica dos movimentos, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos (FERNANDES, 2005, p. 30).

Logo, os conceitos adotados, levando-se em consideração as relações espaciais, seriam os de movimento territorial e movimento espacial. Apesar de terem a mesma finalidade, ou seja, a defesa de interesses coletivos, o que diferencia um do outro é a forma de atuação no espaço.

O primeiro trata-se de uma mobilização coletiva que tem o território como trunfo e é fundamental para a existência de grupos, onde estariam inseridos os indígenas, os camponeses, e os estados, entre outros. No segundo grupo teríamos as ONG's, por exemplo, na busca de espaços e territórios e não de um território específico, produzindo espaços políticos de reivindicação. A partir daí, o autor desenha a definição de movimentos socioterritoriais isolados por não estarem em contato com outras instituições, e os movimentos socioterritoriais territorializados, atuando em diversas macrorregiões e mantendo uma rede de comunicações entre eles.

Milton Santos (2005) discutiu ainda a importância da construção de espaços banais, de solidariedade mútua entre pessoas, entre lugares, em contraposição aos espaços em redes ou os espaços de alguns, construtores de territórios, lugares de emoção, onde é possível a busca de outras finalidades para a vida, objeto de interesse comum dos movimentos sociais.

O que o autor propõe é retomar a noção de espaço banal, o espaço de todos, caracterizado pelo trabalho de todos, através das horizontalidades, na busca de caminhos diferentes da globalização perversa. Contrapondo-se, assim, à noção de redes, que seriam as verticalidades ou ações externas, uma vez que a arena de oposição entre o mercado e a sociedade civil é o território, em suas diversas escalas. Para melhor interpretá-lo é necessário um embate teórico entre as rugosidades, as periodizações, as técnicas, o território, a emoção e o trabalho, objetivando o entendimento da sociedade, do espaço e das razões que formam e mantêm um território (SANTOS, 2002).

Para o autor a escala do não cotidiano (a dos grandes interesses e da especulação imobiliária), que é a do reino do pragmatismo e obediente, pode ser combatida pela escala e ações do cotidiano. Esta última se expressa no lugar e materializa-se na solidariedade:

[...] o cotidiano é o lugar da co-presença, da vizinhança, da coexistência, da cooperação próxima, da intimidade, da intersubjetividade, é ali onde há uma cota de espontaneidade, e, desse modo, de surpresa. É ali onde a emoção tem lugar e, por conseguinte, é ali somente onde pode se pensar o novo, já que o novo não se pensa fora da emoção (SANTOS, 1996, p.04).

Portanto, as ações dos movimentos sociais baseados na solidariedade, cooperação e politização, reflete o papel de contestação e de construção possível de outra realidade, a partir de

ações de resistências multiescalares. Essas ações ferem o poder vigente, baseado no dinheiro, no fluxo especulativo, e deixando em segundo plano os interesses dos cidadãos. Logo, a contribuição perpassa a visibilidade pública, interferindo, de certa forma, na consolidação de políticas de cunho popular, de interesses coletivos e na promoção da justiça social, fatos que foram sistematicamente analisados pela Geografia brasileira ao longo dos anos, acompanhando assim, as mudanças estratégicas e de atuação desses mesmos movimentos.

A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E AS AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS SEM-TETO

Algumas definições ao longo dos anos colocaram de forma paradoxal o conceito de educação formal e educação informal, como se não houvesse um diálogo e/ou uma interdependência entre as duas categorias e, muitas vezes, classificando a educação formal como mais importante para o aprendizado, isto é, àquela reproduzida nas escolas e universidades, cujos mecanismos de funcionamento exprimem projetos, métodos e currículos sistematicamente organizados, muitas vezes de forma prévia e centralizada, como explica Gadott (2005):

Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação (GADOTT, 2005, p. 02).

Este modelo obedece a uma hierarquia que é condicionada sob os mais diferentes órgãos de fiscalização da educação, seja na esfera municipal, estadual ou federal. Por outro lado, a educação não-formal é mais difusa, não sobressai a hierarquia e, muitas vezes, não obedece a um padrão de aprovação, através do mérito, materializada muitas vezes na “pontuação” para a conquista da aprovação.

O processo educativo, seja ele qual for, caracteriza a intenção no sentido formal da palavra, porém, o cenário pode ser diferente. Gadott (2005) contextualiza que as categorias espaço e tempo ganham importância na educação não-formal, porque o indivíduo passa a receber aprendizagem em vários ambientes, como na Igreja, ONGs, Sindicatos, nos movimentos sociais, grupos e associações de moradores, etc. Por outro lado, o tempo não é tão segmentado e hierarquicamente definido, estabelecendo quais disciplinas, períodos e métodos serão adotados, como na educação formal.

Ghon (2006) salienta que, entre os objetivos da educação não-formal, destacam-se:

a) Educação para a cidadania, b) Educação para a justiça social, c) Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais, etc.), d) Educação para liberdade, e) Educação para igualdade, f) Educação para democracia, g) Educação contra discriminação e h) Educação pelo exercício da cultura, e para a manifestação das diferenças sociais (GHON, 2006, p. 32 e 33).

Os saberes construídos na prática comunitária também foram temas de abordagem de Paulo Freire (1987; 2007), um dos idealizadores de um método que valorizava o conhecimento prévio do

SILVA C.F.da. Considerações sobre a educação não-formal a partir das ações multiescalares de um movimento social sem-teto. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v. 2, nº 3, p. 66-80, jul./dez. 2013. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

aluno. O autor destacou a importância do conhecimento adquirido no dia a dia pelo aluno e do caráter dialético que este método pode adquirir com o processo educativo formal³. Trata-se de uma Educação Popular, comprometida com a conscientização e politização do indivíduo com o meio em que vive, sendo o mesmo capaz de agir e refletir sobre ele (FREIRE, 1987).

Ao propor reflexões em torno de assuntos que afetam ou dialogam com o aluno (e que fogem dos preceitos educativos formais), tais como a ausência do poder público na cidade, a poluição de rios e riachos e a presença de lixões, o professor conduz o aluno a questionar, refletir e propor soluções (op. cit, 2007). Desta maneira, mais do que segmentar conhecimentos, a vivência diária dos problemas e contradições sociais, políticas e econômicas pelas pessoas podem e devem configurar como ferramentas importantes para a aquisição de conhecimentos.

Os movimentos de caráter reivindicativos ou os grupos historicamente “excluídos” - ou melhor, precariamente incluídos⁴ que dialogam com a educação não formal, tiveram uma ascensão significativa no Brasil na década de 1980, que se firmou como um período muito importante para a mobilização social no Brasil: a luta pela consolidação das bases democráticas com o fim do Regime Militar, a busca pelas eleições diretas, bem como as reivindicações contra as desigualdades socioespaciais fincadas nos mais diversos segmentos do país, foram algumas das ações verificadas no período pós-redemocratização. Algumas bandeiras são erguidas como: a luta pela reforma agrária (em meio à crise econômica) e a permanência do latifúndio no espaço rural brasileiro; as lutas pela reforma urbana e os direitos elementares, como saúde, educação, transporte, saneamento básico, entre outros.

São em meio a estas mobilizações sociais que surgem grupos e organizações, que atuam de diversas maneiras, desde as particularizadas, como as associações de bairros; até organizações de caráter e atuação nacional como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento Nacional Pela Reforma Urbana (MNRU).

Arroyo (2003) aponta que os movimentos sociais geram um saber e um saber-se para fora, ou seja, alarga o seu saber local e se amplia, superando o saber conformista e fechado, desencadeando um conhecimento amplo, colado às tradições e identidades, realimentando a

³ Alguns autores confundem a educação informal com a educação não-formal, porém, de acordo com Ghon (2006), há uma diferenciação: enquanto a educação informal reflete a espontaneidade, ou seja, o processo de socialização com os amigos, a família e o bairro, a educação não-formal reflete ações de caráter coletivo, como movimentos sociais e organizações não-governamentais, por exemplo.

⁴ O sociólogo José de Souza Martins considera o conceito de “exclusão” impróprio e vago. Segundo ele, o capitalismo desenraiza, exclui, para depois incluir segundo suas próprias regras, ou seja, a lógica do mercado, causando uma inclusão precária, marginal e instável. Desse modo, a inclusão pode até acontecer no plano econômico, visto que, o indivíduo pode sobreviver diariamente, mas ela não ocorre no plano social, moral e político (MARTINS, 1997). Galvão (2011) segue o mesmo raciocínio ao criticar a oposição dos termos incluídos/excluídos, pois esta visão oferece dois grandes riscos para análise: em primeiro lugar, impede a compreensão com profundidade das origens da heterogeneidade social (por exemplo, o que distingue o indivíduo “mais incluído” do “menos incluído?”); e, em segundo lugar, ela permite culpar os próprios excluídos por sua exclusão (como os desempregados) ou, inversamente, os que estão ainda incluídos pela exclusão dos demais.

utopia de outras vidas possíveis. Mais adiante, o autor defende uma pedagogia dos movimentos sociais, com rituais, símbolos, representações, palavras de ordem, formas de organização e representação, com caráter formativo e educativo.

Brito (2005) destaca importantes conquistas dos movimentos sociais ao longo do tempo, fundamentalmente resultante do caráter de mobilização, solidariedade e redes de comunicação proferidas por eles, entre os quais, o autor evidencia: Melhorias nas condições de existência e mesmo garantia de sobrevivência de expressivos grupos populares no país, auto-estima pessoal e solidariedade social, consciência de direitos e exercício da cidadania, mudanças no poder local e deslocamentos na política tradicional.

Com o ressurgimento das mobilizações sociais no país, pós-ditadura militar, os movimentos sem-teto e pela reforma urbana emergiram de forma expressiva, especialmente na década de 90: organizando passeatas, ocupações e caravanas, repercutindo decisivamente nas ações destes mesmos movimentos e desencadeando bases concretas para a elaboração da proposta de emenda popular à Constituição Federal acerca da política urbana. Para isso, institui-se o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU).

É em torno desta mobilização nacional que o Estatuto da Cidade (EC) é regulamentado, após 11 anos em tramitação, a partir da Lei Federal 10.257/01. Dentre os principais pontos deste documento, podem ser destacados: a aplicação da função social da propriedade e da cidade; a legalização e urbanização das áreas denominadas de “cidade ilegal”; a promoção da gestão democrática, recuperação para a coletividade e a valorização imobiliária; bem como o fortalecimento do planejamento com participação social (BRASIL/MCID, 2004). Nesse sentido, o EC apresenta-se como uma ferramenta essencial de planejamento urbano e direcionamento de crescimento sustentável das cidades brasileiras.

Portanto, as ações dos movimentos sociais sem-teto, em várias cidades brasileiras, apontam para um caminho diferente no que diz respeito à conquista da moradia e à construção de territórios que reforçam a democratização das políticas públicas que garantam o efetivo direito à cidade.

Logo, o caráter educativo presente em suas atuações, não estão vinculados com uma educação hierarquicamente definida, ela dialoga com ações mais amplas que sinalizam para o surgimento do espírito de solidariedade e politização entre as famílias, materializando-se em conquistas sociais. Desencadeia ainda a possibilidade de redefinição de políticas hegemonicamente estabelecidas, que beneficiam as classes dominantes, a exigibilidade de direitos civis, como o da moradia e, por fim, a visibilidade pública para as contradições socioespaciais no país.

Desta forma, as ações que são proferidas pelos movimentos sem-teto em variadas escalas, vão desde a esfera das ocupações (microescalas) até a esfera das redes de movimentos sociais (macroescalas). De acordo com Ilse Scherer-Warren (2006), essas redes terminam por resultar em processos articulatórios, pressupondo a identificação de sujeitos coletivos em torno de projetos e

valores comuns, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Para o quê, acreditamos que a ocupação é o mecanismo de atuação de fundamental importância para o movimento, pois é a estratégia política de pressão ao Estado que mais aproxima da população (famílias), além de possibilitar a construção de ferramentas importantes no que se refere ao caráter pedagógico proferido pelos movimentos.

OS MOVIMENTOS SEM-TETO E SUAS OCUPAÇÕES COMO ESPAÇOS EDUCATIVOS: O CASO DO MLB NA CIDADE DO RECIFE

O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) foi criado em 1996, resultando do ressurgimento dos movimentos sem-teto no Brasil na década de 1990. Atualmente, o MLB desenvolve ações em 13 estados brasileiros, sobretudo nas grandes cidades.

Na cidade do Recife, o MLB desenvolveu várias ocupações ao longo dos anos, entre as quais se destacam a ocupação D. Hélder Câmara, segundo o movimento a primeira que se realizou concretamente através do mutirão coletivo. A outra ocupação de destaque é a Mulheres de Tejucupapo, localizada no bairro da Iputinga e Ruy Frazão, no bairro do Engenho do Meio, ambas na zona oeste.

A partir de suas ocupações em imóveis urbanos, o MLB não apenas promove a garantia da apropriação do espaço e a redefinição de sua forma de utilização, mas transformam estes imóveis subutilizados em áreas úteis, combatendo a especulação imobiliária. Pelo o quê, também, promovem elementos carregados de simbolismos e resgate da memória cultural e histórica do país, pois várias ocupações dos movimentos homenageiam pessoas que se identificaram com a luta pela cidadania e dos mais pobres, como Olga Benário, D. Hélder Câmara e as Mulheres de Tejucupapo, por exemplo.

Antes das ocupações do MLB ocorrerem, são realizadas inúmeras reuniões com as famílias, onde há a explicação de todo o procedimento de ocupação, permanência e reivindicações que serão desenvolvidas até a conquista efetiva das casas, para isso, as famílias terão noções do contexto político, como o que é Reforma Urbana, qual a causa da falta de moradia e como encaminhar as ações propostas pelo MLB para a conquista das moradias.

Além disso, promove-se o caráter pedagógico, pois congregam as famílias a conhecer seus direitos e exigí-los, desenvolver críticas sobre o modelo de governo e a ausência do Estado para resolver as questões mais elementares do dia-a-dia para as pessoas, o direito à moradia. Estimula, também, o coletivismo, a formação de comissões de trabalho diário e a participação democrática a partir das reuniões, assembleias, passeatas e na organização de outras ocupações. Uma das matérias do Jornal do Commercio explicou o processo organizativo de uma das ocupações do MLB em Recife:

Comunidade Ruy Frazão: a ocupação organizada como um condomínio Disciplina. Esta é a palavra de ordem da Comunidade Ruy Frazão. Falando assim, não parece tratar-se da ocupação do Movimento de Libertação dos Bairros, Vilas e Favelas, o MLB, que ostenta a sua bandeira em terreno pertencente à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) desde 29 de janeiro. Nessa quarta-feira (29), a Ruy Frazão comemorou um mês de resistência com um bolo, mesmo sabendo sobre a decisão judicial de reintegração de posse para a União. Segundo a Justiça, eles deveriam desocupar o terreno até esta sexta-feira (2). "A UFPE está mostrando solidariedade com os moradores. Ficou decidido em reunião que eles entrariam com uma petição na Justiça para adiar o prazo, pedindo mais trinta dias", disse Graça Alves, uma das coordenadoras do MLB. Mesmo após o prazo, os moradores não pretendem deixar a comunidade. "O terreno estava inutilizado há 20 anos. Na verdade, lutamos para que seja construído aqui o Conjunto Habitacional Ruy Frazão, dando uma casa a cada família. Já enviamos cartas a Dilma Rousseff e Eduardo Campos solicitando", apontou Graça. **A VIDA** - Ao passar pelo portão de entrada, diariamente, Essília Maria Brito, 70 anos, tem que identificar-se e fornecer o número do seu barraco. Uma das inúmeras idosas da comunidade diz que procurou o movimento porque sempre teve o sonho de morar sozinha. Ela vivia com dois dos seus doze filhos no bairro da Iputinga, Zona Oeste do Recife. O mesmo faz Sulamita Ramos, que mora com o marido e uma filha adolescente em um lote de 30 metros quadrados que abriga o único barraco vermelho da Ruy Frazão. "Meu apê fica na Rua da Vitória. Aqui, todos ganham muitas coisas, é só alegria!", brincou Sulamita. Ela morava em "quartinhos" em favelas de Olinda, no Grande Recife. A identificação ao entrar na Ruy Frazão é só o primeiro indício da organização dentro da comunidade. Todos os dias, à noite, os moradores obedecem a uma escala de trabalho para realizar rondas de segurança. Durante o dia, para os que não trabalham, há mutirões de limpeza das ruas e de construção dos barracos. Outro compromisso para os moradores é a realização de assembleias para discutir a evolução das atividades. As ruas da ocupação, de nomes como sucesso, vitória e progresso, receberam dois mutirões nesta quinta-feira (29): de limpeza e de recuperação da creche comunitária, onde a lona estava sendo costurada. Além de receber as crianças, o espaço de funcionamento da creche também recebe palestras e oficinas. Os próximos eventos agendados abordarão a violência contra a mulher e a adoção de banheiros secos pelos moradores. **O INÍCIO** - "É preciso muita coragem para vir. No começo, é difícil, mas depois você passa a amar a comunidade pela solidariedade dos vizinhos e pela segurança. Antes, para pagar aluguel, eu deixava de colocar comida na mesa", explica Sulamita o motivo pelo qual escolheu viver na comunidade. "Não tem casa de alvenaria, não tem polícia, mas fazemos questão de manter a segurança e não deixamos uma moradia ficar amontoada na outra, por exemplo", diz a dona do barraco vermelho, fazendo questão de ressaltar, como os outros moradores, que a Ruy Frazão não é uma favela. Assim como Sulamita, a maioria dos ocupantes vivia de aluguel em favelas na Região Metropolitana do Recife ou em casa de parentes. Antes da ocupação, houve um cadastramento para decidir quantas e quais famílias participariam. Foi uma iniciativa do Movimento de Libertação dos Bairros, Vilas e Favelas, iniciando a procura por candidatos há sete meses (Portal de Notícias NE 10 -Jornal do Comercio- 01/03/2012).

Neste sentido, as assembleias e reuniões (Figura 01) se materializam como espaços de discussão, debates e estratégias de organização na busca dos efetivos direitos das famílias envolvidas na ocupação.



Figura 01: Reunião realizada no canteiro de obras do mutirão D. Hélder Câmara.
Fonte: Acervo MLB, 2008.

Outra ação importante trata-se daquela que diz respeito às reivindicações e/ou à abertura de diálogo com o Estado, estas ações desenvolvidas pelos atores sociais, a partir da interlocução sociedade e Estado, abrem novos desafios para os movimentos sociais, uma vez que interferem nas políticas públicas que são implementadas no país, promovendo ainda a construção de territórios baseados na busca de uma sociedade mais justa, onde haja a inversão objetiva de prioridades que são colocadas às populações mais pobres, apresentando-se como algo diferente do modelo baseado no mercado, no exercício permanente de territórios de solidariedade e de relações pessoais horizontalizadas.

Além disso, o MLB encaminha parcerias com Universidades e ONGs, para que sejam elaborados assessoramentos técnicos, oficinas, cursos e palestras às famílias (Figura 02), no intuito de arcar com a construção da habitabilidade necessária, ou seja, o processo de convivência entre as famílias e a possibilidade dos futuros moradores capacitarem-se nos cursos que são oferecidos, desde pré-vestibulares até cursos de capacitação profissional.



Figura 02: Parceria com universidade e realização de oficinas no canteiro de obras.
Fonte: O autor, 2007.

As parcerias com o poder público desencadeiam ainda, a conquista de moradias populares, infra-estrutura necessária, equipamentos urbanos e questões que são inerentes à “comunidade” como: creches para as crianças, praças, bibliotecas, associação dos moradores, etc.

Esses fatos concernem à possibilidade concreta de atuar contra um modelo historicamente construído, que privilegia as classes hegemônicas, ou seja, a propriedade privada, desenvolvendo ações e estratégias que coloquem em questionamento o papel do Estado na sociedade capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos na atualidade constituem como ferramentas essenciais de combate às contradições sociais no país, ao mesmo tempo em que congregam pessoas com um objetivo comum, seja ele: o direito à moradia, o direito à terra no campo, ou mesmo pela expansão de políticas de interesse coletivo, entre outros. Ao mesmo tempo, coloca em evidência, o modelo historicamente estabelecido, que negam direitos elementares para a vida em sociedade.

Desta forma, sua contribuição perpassa a visibilidade pública e a possibilidade de construção de políticas mais democráticas, uma vez que desenvolvem ações pedagógicas críticas, onde os envolvidos podem ter uma compreensão mais ampla sobre o papel do Estado, as contradições sociais e a construção de outra realidade.

Portanto, ações como a do MLB são exemplos de que a realização de parcerias com instituições públicas, a construção de espaços democráticos como as reuniões e assembleias e a organização de famílias na busca pela cidadania, podem convergir para o desencadeamento de cidadãos mais críticos e transformadores do espaço e da sociedade em que vivem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M.G. **Pedagogias em movimento** - o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003.

BERNARDES, J.A. Espaço e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu. **(Dissertação de Mestrado)**. RJ: UFRJ, 1983.

BRASIL, Ministério das Cidades. **Cadernos Midades: participação e controle social**. Brasília: 2004.

BRITO, P.A. B. de. **Movimentos Sociais: aspectos históricos e conceituais**. Educação e movimentos sociais. Brasília: Ministério da educação, 2005.

Comunidade Ruy Frazão: a ocupação organizada como um condomínio. **NE 10**. Recife, 01 de março de 2012. Disponível em: <http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/grande-recife/noticia/2012/03/01/comunidade-ruy-frazao-a-ocupacao-organizada-como-um-condominio-329625.php> Acesso em: julho de 2013.

FERNANDES, B.M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA. Ano 8, N. 6- janeiro/junho de 2005; p. 14-34.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa.** 35ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. **A questão da educação formal/não-formal.** Sion: Institut International des Droits de 1º Enfant, 2005.

GALVÃO, A. **Marxismo e movimentos sociais.** In: Revista Crítica Marxista. Campinas: Ano 17, n. 32, p. 107-126, 2011. Acesso em março de 2013.

GOHN, M.G. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KAHIL, S.P. A luta dos posseiros em Lagoa São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia** n.59, 1985, pp. 26-35.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MIZUBUTI, S. O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ). **Tese de Doutorado.** São Paulo: USP, 1986. São Paulo: USP, 2002.

MOREIRA, R. **O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil.** 1a. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. v. 1. 215 p.

OLIVEIRA, A.U. de. Os trabalhadores nem o bagaço' ou a revolta dos trabalhadores dos canaviais e dos laranjais. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 60, 1984.

PEDON, N.R. MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. (**Tese de Doutorado**). Pres. Prudente-SP, UNESP, 2009, (240 p.).

RODRIGUES, A M. Na Procura do Lugar o Encontro da Identidade: Ocupação coletiva de Terra-Osasco. **Tese de Doutorado.** São Paulo: USP, 1988.

SANTOS, M. **O retorno do território.** In: OSAL: Observatorio Social de América Latina. CLACSO. Buenos Aires: Año 6 N. 16, p. 250-251, junho de 2005. ISSN 1515-3282: Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>> Acesso em julho de 2013.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Território, espaço banal, lugar-comum.** Jornal da Tarde. São Paulo, 09 de novembro de 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica.** 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC. 1987.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado.** Brasília, v.21, n.1, Abr. 2006. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007>. Acesso em agosto de 2013.

SILVA, J.B. **Os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza.** Fortaleza: Multiraf, 1992 (1986).

SOUZA, M.J.L.de. O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. (**Dissertação de Mestrado**). Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

_____. **Mudar a cidade.** Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SILVA C.F.da. Considerações sobre a educação não-formal a partir das ações multiescalares de um movimento social sem-teto. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v. 2, nº 3, p. 66-80, jul./dez. 2013. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

_____. **A prisão e a ágora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Poderemos viver juntos?** iguais e diferentes. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

VILLAÇA, Helena; **Territórios e identidades na problemática dos movimentos sociais:** algumas propostas de pesquisa. Texto apresentado no Encontro da Associação Portuguesa de Sociologia “Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local”. Vila do conde, 1993.